
Ex-presidente do Peru citado na “lava jato” comete suicídio

O ex-presidente do Peru Alan García se matou nesta quarta-feira (17/4) depois de receber ordem de prisão em sua casa, no bairro Miraflores, em Lima. Ele era acusado de corrupção em caso envolvendo a empresa brasileira Odebrecht.

García foi colocado no meio das investigações após delação premiada do advogado brasileiro José Américo Spinola, que afirmou ter pago US\$ 100 mil a ex-presidente peruano a pedido da Odebrecht. O político, por sua vez, afirmava que recebeu o dinheiro como pagamento de uma palestra feita na Fiesp, em São Paulo.

García deu um tiro na cabeça e foi levado ao hospital ainda com vida, mas sofreu três paradas cardíacas e morreu no fim da manhã.

Mãos limpas

Um suicídio marcou o ponto de virada na percepção pública da operação mãos limpas na Itália, caso que inspirou os métodos de ação de "lava jato". O deputado Sergio Moroni se matou em 1992 e enviou uma carta ao então presidente da Câmara dos Deputados, Giorgio Napolitano, afirmando que nunca se beneficiou do que era acusado.

Moroni disse esperar que o seu gesto pudesse impedir que outros passassem pelo “sofrimento moral” que o afetou, e que ajudasse a pôr fim “aos processos sumários.

Ao todo foram mais de dez suicídios de acusados na operação mãos limpas. A onda de pessoas tirando a vida fez a opinião pública passar a ver de forma negativa a onda persecutória que atravessou a Itália.

Caso do reitor

No Brasil, a moda do denunciamento também fez uma vítima nos anos recentes. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, suicidou-se em outubro de 2017 após ser [acusado de atrpalhar](#) as investigações da Corregedoria da UFSC sobre suposto desvio de R\$ 80 milhões que seriam usados em cursos de Educação a Distância (EaD) da universidade.

Por causa das suspeitas, ele e outras seis pessoas foram presas em setembro daquele ano. Sua prisão foi decretada pela juíza Janaina Cassol Machado, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal em Florianópolis.

A investigação se notabilizou pelo excesso de insinuações e pela escassez de provas. A Polícia Federal disse inicialmente que apurava um desvio de R\$ 80 milhões. Mais tarde, admitiu que este valor era o total de verbas que a universidade havia recebido em dez anos.

Date Created

17/04/2019